

# EDITORIAL

Caros/as leitores/as,

É com muita satisfação que assumo a função de novo editor-chefe da *Revista do Serviço Público* (RSP) da Enap. Esta revista é um marco na história do serviço público brasileiro, tendo sido criada em 1937, quando o Estado brasileiro buscava estabelecer uma burocracia pública profissional e meritocrática, afastando-se das práticas de clientelismo e patronagem que, infelizmente, ainda são comuns em muitos lugares.

A revista foi criada para promover a reflexão e compartilhamento de pesquisas, experiências e ideias sobre o serviço público brasileiro. Desde então, tem desempenhado um papel crucial no desenvolvimento do país, contribuindo para formar uma burocracia pública capacitada e comprometida com valores republicanos. Com o passar do tempo, ela se tornou uma referência em estudos de gestão e análise de políticas públicas e é considerada uma publicação de grande importância no campo da administração pública brasileira. A *Revista do Serviço Público* (RSP) fomenta o conhecimento científico sobre a gestão pública e de políticas públicas, incentivando debates críticos para a construção de um serviço público mais efetivo, capaz de entregar bens e serviços públicos para a sociedade brasileira.

Com a chegada do novo governo, em 2023, a revista ganha um novo impulso. O momento é propício para repensar o papel do serviço público no país e para traçar novos caminhos que possam levar a uma gestão pública capaz de promover o desenvolvimento econômico socialmente inclusivo, democrático e ambientalmente sustentável. Nesse sentido, a revista será um espaço de discussão e apresentação de artigos científicos que privilegiem a construção e a renovação das capacidades estatais, dos modelos e técnicas de gestão necessários para um Estado que cria valor e bem-estar social.

Assim, entre as prioridades da RSP estará a promoção de debates e a disseminação de evidências sobre a diversidade de raça e gênero no serviço público. Sabemos que o Brasil é um país com uma grande diversidade étnica e cultural, mas, infelizmente, essa diversidade ainda não se reflete na burocracia estatal, especialmente nos cargos de maior prestígio social e de poder de decisão.

Outro tema de grande importância para a RSP será a participação social como método de governo. A literatura existente indica que a participação social é uma das principais formas de garantir que as políticas públicas atendam às necessidades da população e que os recursos públicos sejam utilizados de forma mais eficiente. A participação social, além de

democratizar as representações e as demandas sociais no âmbito da gestão pública, ainda confere maior legitimidade às instituições estatais, um dos grandes desafios das democracias contemporâneas. A revista será um espaço para a apresentação de melhores práticas e de evidências sobre os impactos de engajamento cidadão, incluindo o uso de ferramentas digitais e metodologias participativas.

A RSP também buscará subsidiar processos de transformação do Estado por meio da apresentação de diagnósticos de problemas e de propostas de soluções baseadas em dados e informações confiáveis e de qualidade. Sabemos que o Estado brasileiro enfrenta muitos desafios, mas partimos da premissa que o Estado é parte da solução para os problemas brasileiros - desde que esteja a serviço da sociedade e comprometido com a democracia, o Estado de Direito e o desenvolvimento sustentável.

É fundamental que a revista continue a ser um espaço de excelência na divulgação de conhecimento de fronteira sobre o serviço público no Brasil e no mundo. Por isso, esperamos contar com a colaboração dos nossos leitores, da comunidade acadêmica e de gestores públicos (*practitioners*) para alcançarmos juntos esses objetivos. Acreditamos que a revista pode desempenhar um papel fundamental no processo de reconstrução do Estado e fortalecimento da democracia no país. A divulgação do conhecimento científico e a promoção do debate é um dever social que a revista precisa cumprir.

Por fim, mas não menos importante, gostaríamos de ressaltar que a *Revista do Serviço Público* continuará a ser um espaço plural de reflexão e de compartilhamento de ideias. Acreditamos que o diálogo é fundamental para organizarmos o dissenso e construirmos consensos mínimos sobre o papel do Estado, dos servidores e dos rumos do desenvolvimento nacional. Temos como valor que o dissenso pode ser produtivo e enriquecedor, pois permite que diferentes perspectivas sejam consideradas e debatidas, resultando em soluções mais abrangentes, informadas e democráticas.

Por isso, convidamos a todos/as os/as interessados/as a contribuir com a revista e embarcar conosco nesta nova fase, enviando artigos, comentários e sugestões. Juntos/as, podemos construir um serviço público mais eficiente, inovador e capaz de promover o desenvolvimento inclusivo e sustentável do país.

Inaugurando a nova linha editorial da RSP, **o primeiro bloco** de artigos deste número discute novos debates teóricos e conceituais sobre o tema das capacidades e capacitações estatais. O primeiro artigo, *Capacitações dinâmicas do setor público: rumo a uma nova síntese*, de Rainer Kattel, prestigiado pesquisador do Institute for Innovation and Public Purpose do University College London, oferece ao público brasileiro novos conceitos sobre capacidade e capacitações do setor público, com foco particular na inovação, especialmente com as chamadas “capacitações dinâmicas” das organizações públicas. Kattel, além de sintetizar a literatura sobre a questão, discorre sobre as origens e os elementos constitutivos do conceito por meio de três

relevantes estudos de caso referentes a serviços de governos europeus, como o Serviço Digital do Governo do Reino Unido (GDS), a agência de inovação sueca Vinnova e a cidade de Barcelona no que se refere aos direitos cidadãos. O artigo discute ainda possíveis mecanismos de avaliação e ajustes políticos e práticos no momento de implementação de tais capacitações.

Em diálogo com o trabalho de Kattel, o artigo de Ana Célia Castro, *Capacidades e capacitações estatais para uma agenda de futuro*, sugere uma moldura conceitual como pré-condição para a reflexão e o debate sobre as novas capacidades e capacitações estatais quando se pensa em implementar uma agenda de futuro para o Brasil. Entendendo que é necessário o aprofundamento teórico e conceitual sobre as novas capacidades estatais, a autora propõe, numa primeira parte, uma revisão bibliográfica sobre o tema e aponta elementos conceituais que possam oferecer um balizamento da discussão. Já na segunda parte do artigo, Castro apresenta conclusões preliminares, sugerindo uma espécie de roteiro (*road map*) que melhor se adapte às indicações de literatura examinada, bem como quais seriam os desdobramentos desejáveis sobre capacidades e capacitações estatais a serem desenvolvidos no presente visando a realização de objetivos futuros.

O **segundo bloco** apresenta artigos que debatem de modo mais aplicado e propositivo o conceito de capacidades e capacitações estatais em diferentes setores do Estado. O artigo de Célia Lessa Kerstenetzky, *Investimento público em serviços sociais como componente central de uma agenda de desenvolvimento*, expõe um importante debate sobre os serviços sociais públicos como elemento principal dos projetos de desenvolvimento, de política social e, inclusive, de ações efetivas quando se pensa em sustentabilidade ambiental. O artigo busca responder as questões sobre quais seriam as justificativas teóricas que reivindicam a atenção pública aos serviços sociais, qual a atualidade dessas justificativas e seus efeitos quando se pensa em desafios contemporâneos de desenvolvimento.

O artigo de Flávio Gaitán, *Outro modelo de proteção social é possível no pós pandemia: garantia de renda como política emancipatória*, discute alternativas de proteção social no contexto pós-pandêmico e parte do reconhecimento do caráter multidimensional da pobreza e da importância da garantia de renda, da necessidade de desvincular segurança socioeconômica das atividades mercantis e da existência de brechas de bem-estar que afetam a capacidade dos sistemas de proteção de avaliar as respostas aos riscos sociais. Além de apresentar uma discussão sobre vulnerabilidades sociais e formas de intervenção do Estado, o autor oferece três alternativas de universalização de renda, propostas que visam apontar soluções concretas para a construção de novas realidades sociais.

O artigo de Carlos Henrique Vieira Santana, intitulado *Financiamento do desenvolvimento e poder infraestrutural do Estado brasileiro*, analisa um importante contexto de novas coalizões de financiamento privadas sustentadas pelas “ecologias profissionais neoliberais”, as quais geraram retração da coordenação estatal, tanto nos mecanismos de financiamento como em

sua capacidade regulatória. O trabalho de Santana optou por reunir dois conjuntos de dados para acessar esta agenda. De um lado, um conjunto de dados macroeconômicos dos últimos dez anos sobre as transformações acionárias de investidores institucionais, como bancos estatais e fundos de pensão, em setores de infraestrutura como energia, telecomunicações e saneamento. Por outro lado, uma amostra exaustiva de redes de economistas profissionais que atuam como especialistas em veículos de comunicação para construir consenso na opinião pública, revelando seus mecanismos de legitimação de reivindicações jurisdicionais sobre as finanças públicas. Ao combinar esses conjuntos de dados, este artigo avalia os efeitos prejudiciais que as novas coalizões financeiras de infraestrutura representam para as capacidades do Estado brasileiro.

O **terceiro bloco** discute as capacidades estatais em torno às políticas de ciência, tecnologia e inovação. O artigo de Solange Corder, Antônio Márcio Buainain, Sandra Holanda e Carlos Américo Pacheco, *O potencial e os limites da FNDCT para financiar a inovação no Brasil*, propõe uma necessária reflexão sobre a relevância da institucionalização do financiamento à pesquisa por meio do estudo do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), organismo que, apesar de sua contribuição para a construção do Sistema Científico e Tecnológico (SCT), teve uma trajetória e condições orçamentárias não lineares ao longo de seus mais de cinquenta anos de existência. Nesse sentido, o artigo discute o esgotamento do modelo setorial e da estrutura de governança do FNDCT e apresenta propostas para reorganizar o financiamento à ciência, tecnologia e inovação a partir das fontes vinculadas dos fundos setoriais.

O trabalho de Ana Maria Nunes Gimenez e Maria Beatriz Machado Bonacelli, *Universidades públicas brasileiras no enfrentamento da covid-19: resiliência, aprendizados e visão de futuro*, proporciona aos leitores uma discussão sobre a atuação das instituições de ciência, tecnologia e inovação diante da necessidade de respostas rápidas para oferta de informações e o desenho de políticas públicas relevantes ao combate da covid-19. Dessa forma, o artigo apresenta os resultados de uma pesquisa exploratória e qualitativa, fundamentada em entrevistas e literatura especializada sobre o tema, cujo objetivo de análise foram as ações, competências e capacidades desenvolvidas e/ou aprimoradas em universidades públicas brasileiras durante a pandemia com ênfase naquelas ligadas à Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I).

O artigo de Liliana Acero e Helena Espellet Klein, *Capacidades estatais brasileiras na medicina regenerativa: ciência, inovação, regulação, governança e inclusão social*, aborda o tema da medicina regenerativa na transformação das práticas médicas convencionais, fator que exige novas formas de regulação de materiais biológicos e o conseqüente aprimoramento das capacidades estatais, tanto em nível público, como privado, como local e supranacional, bem como a inclusão de novos setores sociais na governança da área.

Por sua vez, o trabalho de John Wilkinson, *Brasil e China na nova onda de inovações do sistema agroalimentar global*, propõe a busca de um entendimento correto das transformações

em curso no sistema agroalimentar global, principalmente nas formas em como elas atingem o Brasil, precondição para o desenho de políticas públicas e novas formas apropriadas de governança no setor. Embora o Brasil hoje seja o principal fornecedor de proteína animal para a China, o país asiático busca atualmente diversificar suas práticas de consumo, bem como encontrar opções alimentares alternativas à ingestão de produtos como grãos e carnes. A ideia do artigo é fomentar o debate sobre a redução da dependência externa do Brasil de tais tipos de exportação, bem como estimular a discussão sobre a necessidade de construção de políticas de reconversão mais radicais das que vêm sendo atualmente implementadas.

O **quarto e último bloco** é direcionado ao necessário e contínuo debate sobre serviço, funcionalismo e setor público tão presente nas páginas da revista. O artigo de Karen Pereira Alvares Villarim, Simone Soares Silva e Patrícia de Sá Freire, intitulado *O que influencia o compartilhamento do conhecimento no setor público? Uma revisão sistemática*, discute a importância do compartilhamento de conhecimento como mecanismo para o alcance da qualidade da prestação de serviços, ao aumento da produtividade dos servidores e à melhoria do desempenho individual e organizacional das instituições. Nesse sentido, as autoras oferecem aos leitores uma revisão sistemática de literatura sobre o tema, buscando identificar as variáveis que influenciam o compartilhamento do conhecimento em organizações do setor público em artigos publicados nas bases de dados interdisciplinares Scielo, Web of Science e Scopus entre os anos de 2015 e 2022. Por fim, o último artigo desta edição, *Reflexões sobre carreira, competências e dimensionamento para a administração pública brasileira*, de Jair Jeremias Júnior, Alexandre Dal Molin Wissmann, Jhony Pereira Moraes e Arthur Gehrke Martins Andrade, apresenta, em forma de ensaio teórico e de análises qualitativas, reflexões sobre as interseções entre os conceitos de carreira, competências e dimensionamento. Conceitos que, segundo os autores, permitem ser estudados de forma complementar a partir das análises da teoria das carreiras, de forma a contribuir com um debate propositivo sobre o tema dentro da administração pública brasileira.

Esperamos, portanto, que esta edição da RSP contribua para uma reflexão crítica e aprofundada sobre o papel do Estado em suas diferentes dimensões.

Boa leitura!

**Alexandre de Ávila Gomide**  
Editor-chefe